

O PROFESSOR NO DISCURSO DA MÍDIA: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O SER E O AGIR DOCENTES

THE TEACHER IN MEDIA DISCOURSE: DISCUSSIVE REPRESENTATIONS IN THE PROFESSOR'S BEING AND ACTING

Manoelito Costa GURGEL¹

Resumo: Neste trabalho, considerando que a mídia é uma das instituições ideológicas responsáveis pela produção e pela circulação de representações na sociedade, pretendemos identificar algumas das representações sobre o professor difundidas no e pelo discurso midiático. Para isso, com base nas orientações teórico-metodológicas da Análise do Discurso de orientação francesa (PÊCHEUX, 1993, 1995; MAINGUENAU, 2005; ORLANDI, 1996, 1998, 2005, 2008), analisamos, em uma reportagem publicada na página virtual de um dos colunistas da revista *Veja*, como os professores e o seu trabalho são representados discursivamente. Para a análise, assumimos que o discurso da mídia, como todo os outros discursos, é constitutivamente heterogêneo e, portanto, é a expressão de várias vozes sociais, que partilham, discursivamente, representações sobre os conteúdos temáticos que lhes são sociossubjetivamente relevantes. Na análise, argumentamos que o colunista da revista, dada a sua condição de assujeitamento, corrobora com determinadas representações que são afirmadas em seu discurso. Conforme constatamos, essas representações consideram os professores como profissionais acomodados e como profissionais pouco receptivos às críticas e resistentes às mudanças.

Palavras-chave: Representações; Professor; Discurso da mídia.

ABSTRACT: In this paper, taking into consideration that the media is an ideological institution responsible for the production and circulation of society's representation, we intend to identify some of these representations about the teacher created in the media discourse. In order to make it possible, basing the theoretical and methodological orientations in Discourse Analysis of French orientation (PÊCHEUX, 1993, 1995; MAINGUENAU, 2005; ORLANDI, 1996, 1998, 2005, 2008), we analyzed, a report published in a webpage from a columnist of *Veja* magazine, the meanings attributed to teachers. For the analysis, we consider that the magazine columnist, given his subjected position, agrees with determined representations that are affirmed and reaffirmed in his speech. We stated that these representations consider the teachers accommodated professionals, little receptive to criticism and resistant to changes. According to him, they "shield against their own insuccess".

Key-words: Representations; Teacher; Media discourse.

1. Introdução

Este trabalho corresponde ao nosso empenho em compreender, a partir de abordagens interdisciplinares, fundamentadas, sobretudo, na Linguística Aplicada, como o professor e o seu trabalho são representados, na e pela linguagem, em textos e discursos. Considerando a linguagem como atividade simbólica e o discurso como produção social

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL - UFC). Fortaleza, Ceará/Brasil. E-mail: manoelitocostagurgel@hotmail.com. Bolsista Capes-Demanda Social.

e histórica de produção de efeitos de sentido, temos nos interessado pelas representações que circulam na sociedade a respeito da atividade profissional do professor. Essas representações constituem, para nós, interpretações socio subjetivas que a sociedade partilha na e pela linguagem e que influenciam, mesmo que indiretamente, a construção e a eventual ressignificação da identidade e do agir do professor (GURGEL, 2013).

Considerando esse interesse, pretendemos, no presente trabalho, identificar as representações sobre o professor no discurso da mídia, em princípio legitimado socialmente. Para isso, selecionamos uma reportagem escrita por um colunista da revista *Veja* e publicada na página eletrônica do periódico.

Para a análise, assumimos as orientações teórico-metodológicas da Análise do Discurso de orientação francesa (doravante, AD) (PÊCHEUX, 1993, 1995; MAINGUENAU, 2005; ORLANDI, 1996, 1998, 2005, 2008; POSSENTI, 2002), a partir das quais podemos considerar que o colunista da revista, assim como todo e qualquer sujeito inscrito em uma dada conjuntura social e histórica, é, sobretudo, um efeito discursivo, e não a origem ou a causa do seu discurso. Com base na AD, então, assumimos, neste trabalho, que, por trás de qualquer discurso, há um sujeito e que, portanto, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia (PÊCHEUX, 2002).

Para a análise, assumimos também que não há significados definitivamente estabelecidos, já que a língua não é transparente. Para nós, o que há são embates e jogos de força no engendramento das representações discursivas que pretendemos analisar. Além disso, consideramos que as representações sobre os professores são construídas e (re)veladas no processo dialógico da significação, em que há o entrelaçamento de várias formações discursivas, nas quais as posições dos sujeitos (no caso deste trabalho, jornalista e professores) estão representadas. Sendo assim, nos interessaremos, na análise, pelos efeitos de sentido da reportagem selecionada, considerando-a um texto, que, como objeto simbólico, materializa discursos (ORLANDI, 2005), passíveis de interpretação.

Para nós, a mídia constitui um segmento legitimado socialmente para debater assuntos do cotidiano e, por isso, é uma das instituições ideológicas responsáveis pela produção, pela circulação e pela eventual ressignificação de representações na sociedade. O discurso da mídia, como todo e qualquer outro discurso, é, segundo nossa perspectiva, constitutivamente heterogêneo e, portanto, é a expressão de várias vozes sociais (polifonia), que partilham, discursivamente, representações sobre os conteúdos temáticos

que lhes são socio subjetivamente relevantes. Nesse sentido, alertamos que o discurso da mídia reforça o *status quo*, refletindo e reforçando a ideologia dominante, o que contribui para a exclusão de minorias sociais, cujos discursos são contestados ou até mesmo silenciados.

Nosso alerta se justifica à medida que consideramos que a mídia representa o segmento social de difusão de informações legitimado pelos demais, conforme já adiantamos. Nessa perspectiva, o discurso midiático deveria ser o responsável pela crítica à ordem social vigente; contudo, percebemos constantemente que a mídia contribui para a difusão da ideologia dominante, excluindo o discurso de outras classes. Para nós, isso ocorre porque, em toda e qualquer sociedade, a produção do discurso é controlada: os que têm poder falam e os que não têm silenciam (FOUCAULT, 1996).

Com base em Charaudeau (2007), devemos reconhecer que, apesar do seu aspecto manipulador, o discurso da mídia é importante para estabelecer os laços identitários e sociais. Assim, já que representa um mecanismo indispensável para a identificação das relações sociais, a mídia é uma das instituições responsáveis pela circulação de representações. É nessa perspectiva que pretendemos identificar as representações sobre o professor difundidas pela mídia, analisando, para isso, como ela avalia e interpreta, discursivamente, o professor e o seu trabalho.

Posto isso, discutiremos a seguir, na seção 2, sobre a relação entre discurso, sujeito e ideologia, com base nas orientações da AD (PÊCHEUX, 1995; MAINGUENAU, 2005; ORLANDI, 1996, 1998, 2005, 2008; POSSENTI, 2002); em seguida, na seção 3, tentaremos identificar as representações sobre o professor em uma reportagem escrita por um colunista da revista *Veja* e publicada na página eletrônica do periódico; por fim, na seção 4, apresentaremos nossas considerações finais, com base na análise.

2. A relação entre discurso, sujeito e ideologia: a proposta da Análise do discurso de orientação francesa

Nesta seção, a partir das orientações epistemológicas e teóricas da AD (PÊCHEUX, 1995; MAINGUENAU, 2005; ORLANDI, 1996, 1998, 2005, 2008; POSSENTI, 2002), discutiremos sobre a relação entre discurso, sujeito e ideologia. Para esta discussão, podemos destacar inicialmente que, para a AD, o que interessa é

“compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2005, p. 15). Assim, a AD trabalha com os efeitos de sentido para os sujeitos, o que implica considerar as condições de produção dos discursos.

Para a AD, a incompletude é a condição da linguagem, já que nem os sentidos nem os sujeitos estão completos, já constituídos definitivamente. Sobre isso, Orlandi (1996, p. 25) esclarece: “A AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva”. Portanto, devemos considerar a linguagem como ação simbólica, em que “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc” (ORLANDI, 1998, p. 17).

Nessa perspectiva, percebemos que a AD se contrapõe a uma filosofia idealista da linguagem, para a qual o sujeito é a fonte e a origem do seu dizer. Para a AD, o sujeito é, sobretudo, um efeito discursivo, uma função discursiva e, portanto, é constitutivamente heterogêneo, já que, inscrito em dada formação discursiva, é marcado social e historicamente.

Recorrendo a Pêcheux (1995), podemos admitir que a formação discursiva (doravante FD), inscrita em uma formação ideológica, determina o que pode e deve ser dito. Sob essa perspectiva, o autor propõe que “os indivíduos são **interpelados** em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 161) (grifo nosso).

Dada a articulação, em sua proposta epistemológica, do materialismo histórico (principalmente a releitura dos textos de Marx apresentada por Althusser) com a abordagem psicanalítica da subjetividade (especificamente a releitura dos estudos de Freud realizada por Lacan), a AD considera que a forma sujeito do discurso é ideológica, portanto assujeitada, e não psicológica nem empírica.

Para a AD, então, o sujeito é atravessado, interpelado pela ideologia e pelo inconsciente, o que o torna cindido, clivado, descentrado; não podemos, portanto, considerar o sujeito como a fonte e a origem do seu dizer, já que este é determinado pela formação discursiva em que o sujeito está inscrito. Assim, o dizer do sujeito é sempre determinado por outros dizeres, o que implica considerar que todo discurso se constitui

sobre o primado do interdiscurso, ou seja, todo discurso é determinado pelo interdiscurso. Esse pressuposto da AD considera, então, que todo e qualquer discurso produz sentidos a partir de outros sentidos já cristalizados.

Conforme a proposta de Maingueneau (2005, p. 15), o discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. De acordo com o autor, o discurso opera sobre outros discursos, e não sobre a realidade das coisas. É nesse sentido que o autor propõe que todo discurso se constitui na relação polêmica com outro.

Já para Pêcheux (1995), o discurso é efeito de sentidos entre locutores, definição próxima à de Orlandi (2008), para quem o discurso, como um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular, é efeito de sentidos entre sujeitos, que se realiza na inscrição da língua na história, sendo o texto a manifestação concreta do discurso. Nesse sentido, o discurso é o ponto de articulação dos fenômenos linguísticos e dos processos ideológicos, sendo a linguagem, como modo de produção social, o local privilegiado da manifestação da ideologia.

No que se refere à distinção entre texto e discurso segundo a perspectiva da AD, Orlandi (2008, p. 112) esclarece que o discurso tem sujeito (as diferentes posições resultantes da inscrição dos sujeitos em diferentes regiões de sentido que constituem as formações discursivas), enquanto que o texto tem autor, que “se representa em sua origem, com sua unidade, lhe propiciando coerência, não-contradição, conferindo-lhe progressão e finalidade”. Para a AD, então, o discurso, como atividade social e histórica de produção de efeitos de sentido, se materializa em textos, daí o objeto empírico de análise da AD ser o texto.

Em relação à produção textual, a AD argumenta que os sujeitos não são autônomos em relação aos sentidos e às possibilidades do próprio discurso, já que eles, os sujeitos, são atravessados pela linguagem alheia. Sendo assim, para a AD, a produção textual é o resultado de um trabalho ideológico, não consciente, portanto. Assim, os analistas do discurso consideram o texto como um fato, e não como um dado, observando como ele funciona, enquanto objeto simbólico.

Essa consideração nos permite retomar a questão do sujeito do discurso, com o objetivo de problematizá-la a partir das contribuições de Possenti (2002). Conforme adiantamos, o sujeito, interpelado pela ideologia, se acredita dono do seu dizer e, dotado

de inconsciente, acredita estar sempre consciente. No entanto, consideramos, com base no que propõe Possenti (2002, p. 88), que o sujeito, mesmo submetido à ideologia e, portanto, na condição de assujeitado, “não está impedido (...) de poder controlar, até certo ponto, os efeitos de seu discurso, ou de fazer com que determinados elementos do discurso sofram uma inflexão específica, com efeitos circunstanciais”. Assim, concordamos que o assujeitamento não se dá plenamente, o que, entretanto, não invalida a tese de que o sujeito está sempre condicionado às relações de poder.

Posto isso, apresentados e discutidos brevemente os fundamentos teóricos que assumimos neste trabalho, passaremos, a seguir, na seção 3, à análise das representações sobre o professor no discurso da mídia.

3. Análise dos dados: as representações sobre o professor no discurso da mídia

Com o objetivo de identificar as representações que a mídia veicula, discursivamente, sobre o professor e o seu trabalho, analisaremos, a seguir, uma reportagem de Gustavo Ioschpe, publicada em sua coluna na página eletrônica da revista *Veja*, em 18 de novembro de 2012. Com base nas orientações teórico-metodológicas da AD (PÊCHEUX, 1995; MAINGUENAU, 2005; ORLANDI, 1996, 1998, 2005, 2008; POSSENTI, 2002), consideraremos, sobretudo, os efeitos de sentido da reportagem em destaque, os quais, para nós, não estão constituídos *a priori*. Sendo assim, analisaremos, com base na materialidade linguística e enunciativa do texto, como esses efeitos de sentido (re)velam representações discursivas sobre o professor e o seu trabalho.

Inicialmente, destacamos que o colunista assume o discurso como seu, crendo-se a fonte e a origem do seu discurso (ORLANDI, 2008), como indicam as marcas de primeira pessoa (“**eu** gostaria que...”, “**minha** opinião”, etc.). No entanto, como discutimos na seção anterior, o colunista, interpelado pela ideologia, é um efeito discursivo, dada a alteridade discursiva. Nesse sentido, podemos argumentar que, inscrito na FD jornalística, o discurso do colunista não é seu; nele, perpassam vários outros discursos que circularam e circulam na sociedade, conforme perceberemos na análise.

Na reportagem, intitulada “O que pensam os professores brasileiros”, o jornalista destaca e avalia discursivamente dados obtidos em dois questionários: o primeiro constitui uma pesquisa da Unesco, para compor o “Perfil do Professor Brasileiro”, e o segundo corresponde a uma pesquisa Ibope para a Fundação Victor Civita.

De início, o título da reportagem (“O que pensam os professores brasileiros”)² parece sugerir ao leitor que o articulista concederá voz aos professores para que estes possam afirmar e destacar as suas opiniões, já que, geralmente, a voz dos professores não costuma ser considerada nem valorizada pela mídia em geral. No entanto, ao citar os resultados de dois questionários realizados com professores de escolas públicas, o jornalista não se mostra interessado em destacar a voz do professor para (re)afirmá-la ou valorizá-la, mas sim para responsabilizá-la pelo “insucesso” do sistema educacional brasileiro, como perceberemos na análise que segue.

No início do texto, o jornalista esclarece estrategicamente que não apresentará a sua opinião, mas sim a dos próprios professores (“E para isso **não quero usar a minha opinião**, mas dar voz aos próprios professores”). Para nós, trata-se de uma estratégia discursiva do articulista para que o leitor possa dar mais credibilidade aos argumentos defendidos ao longo do texto, já que, na reportagem, teria acesso à opinião dos próprios professores, o que poderia invalidar uma possível ideia de “perseguição” do jornalista aos professores. Além disso, com essa estratégia, o articulista procura levar o leitor a concluir que eles, os professores, não são as “vítimas”, mas sim os responsáveis pelo “insucesso” da educação no Brasil, tese defendida ao longo da reportagem, como discutiremos a seguir.

Nessa perspectiva, alertamos que quanto maior for a posição social do sujeito, mais dificilmente o seu discurso será contestado. Assim, os leitores delegam certa credibilidade ao colunista, que, no seu texto, marca o discurso dos professores para, na verdade, enfraquecê-lo e silenciá-lo. Sendo assim, o discurso do jornalista perpetua e, ao mesmo tempo, constrói representações sobre o ser e o agir docentes, (re)produzindo o discurso e a ideologia dominantes, que certamente não são os dos professores.

Considerando que, ao informar, há sempre manipulação dos dados, podemos afirmar que, ao citar o discurso dos professores, o colunista evidencia o seu posicionamento discursivo em relação ao discurso dos docentes, pois o que ele, o articulista, faz é selecionar, dentre os resultados das pesquisas referenciadas no texto, o que lhe convém, o que implica um não-dizer, já que, quando algo é escolhido, algo é

² Ao longo da análise, transcrevemos fielmente, com aspas, alguns trechos da reportagem em questão.

deixado de lado (ORLANDI, 2005). Assim, acreditamos que, mesmo enfatizando que dará voz aos professores, o articulista fragiliza o discurso dos docentes.

Logo no início do texto, o jornalista apresenta a afirmação categórica de que “as pessoas que optam pela carreira de professor não são derrotadas”. Essa afirmação implica um não-dito, pois o colunista parte de uma possível representação partilhada socialmente segundo a qual os professores são derrotados.

Em seguida, o operador enunciativo “pelo contrário” inicia a argumentação, que será em seguida contestada, de que os professores seriam, na verdade, profissionais idealistas (“querem mudar o mundo”), que se preocupam com a situação social, histórica e cultural de seus alunos (“mudando a vida de seus alunos”). Até aqui, o leitor é levado, mais uma vez, a acreditar que a reportagem ressaltará valores positivos do ser e do agir do professor. Podemos destacar, nesse momento, a modalização que o colunista mobiliza para avaliar enunciativamente os professores como “profundamente idealistas”, avaliação que logo em seguida é questionada.

No enunciado seguinte, o operador discursivo “mas” passa a indicar uma mudança argumentativa: embora sejam “idealistas” e se preocupem em mudar “a vida de seus alunos”, os professores reconhecem, segundo o jornalista, que os seus alunos não estão aprendendo. De acordo com o colunista, os docentes estão cientes das falhas e lacunas do ensino. A partir desse enunciado, o texto começa a expor a opinião dos professores, com o objetivo de argumentar contra ela.

Antes, no entanto, o jornalista se coloca no texto e interpele os leitores para que reconheçam que sabem “pouco sobre os principais atores do nosso sistema educacional, os professores” (podemos destacar o verbo na primeira pessoa do plural “sabemos” e o pronome possessivo também de primeira pessoa do plural “nosso”, marcas linguísticas que, estrategicamente, buscam aproximar, de seus leitores, o colunista). Através do modalizador “impressionante”, mobilizado com base em parâmetros sociosubjetivos, o jornalista se coloca novamente no texto de forma explícita e revela que ele, assim como os seus leitores, deveria saber mais sobre os professores. O articulista credita o pouco conhecimento da sociedade sobre os professores aos artigos “veiculados sobre eles”, os quais divulgam, segundo o colunista, “um quadro perfeito” sobre esses profissionais. Percebemos, nesse momento, como o discurso do jornalista é determinado por outros discursos, constituindo-se sobre o primado do interdiscurso (ORLANDI, 2005).

Segundo o jornalista, o leitor consideraria legítimas as opiniões sobre os professores veiculadas por notícias (“Claro, se você acredita na maioria das notícias e artigos veiculados sobre eles, já deve ter um quadro perfeito formado na cabeça”) e, portanto, se solidarizaria com os professores, que seriam “desmotivados porque ganham pouco, precisam trabalhar em muitas escolas para conseguir pagar as contas do fim do mês” e que se tornariam professores “por falta de opção”, pois não conseguiriam entrar em outros cursos superiores. Daí a relevância da afirmação categórica no primeiro enunciado do texto, que já destacamos (“as pessoas que optam pela carreira de professor não são derrotadas”), pois, com ela, o colunista quebra a expectativa de muitos de seus leitores, a de que os professores são profissionais derrotados. Notemos, portanto, que o discurso do jornalista contraria um já-dito

Notemos que, mais uma vez, o jornalista faz questão de interpelar, convocar o leitor (“se você acredita...”), para aproximá-lo do texto, o que constitui uma estratégia de persuasão, já que o objetivo do articulista é levar o leitor a concordar com os argumentos que serão defendidos no texto.

O colunista destaca que as notícias veiculadas pela mídia de que “o professor chega à carreira desmotivado, e, ao deparar com o desprezo da sociedade e seus governantes, desiste da profissão e só permanece nela por não ter alternativa” são “a versão propalada aos quatro ventos”, que levaria a sociedade a se solidarizar com esses profissionais, que não poderiam fazer muito pela educação porque seriam desprezados pelos próprios governantes e pela própria sociedade. No entanto, segundo o colunista, a real situação dos professores não seria exatamente essa e, na tentativa de comprovar isso, ele sugere que o leitor considere outra hipótese sobre a situação dos professores (“Mas eu gostaria que você, dileto leitor, considerasse uma hipótese distinta”). Notemos a cortesia com que o colunista se dirige ao leitor (“eu gostaria”), representando-o como alguém estimado (“dileto leitor”).

O jornalista destaca também que “não é verdade que os professores caiam de paraquedas na carreira”. Notemos o modo do verbo da oração subordinada (“caiam”), indicando a possibilidade que é contestada pelo articulista. Com a metáfora “caiam de paraquedas”, o colunista se refere às possíveis representações partilhadas socialmente de que “o sujeito se torna professor, no Brasil, por falta de opção”, “ não consegue entrar em outros cursos superiores”, “ não consegue outro emprego”. O articulista advoga, então,

que não é legítimo (“não é verdade”) argumentar que os professores são vítimas da falta de oportunidades, pois, “perguntados sobre a motivação para exercerem a carreira, 53% dizem que é por ‘amar à profissão’ e outros 14% apontam ser para ‘contribuir para uma sociedade melhor’”.

Para nós, é interessante observar como o colunista avalia enunciativamente a escolha daqueles professores que mencionaram, no questionário referenciado pela reportagem, a “realização profissional” e os “salários/benefícios oferecidos” como motivos que os levaram a exercer a docência (“motivos que podem ser interpretados como ‘oportunistas’ ou ‘indiferentes’ à função social da profissão”) (grifos nossos). As modalizações de valor apreciativo destacadas por nós na passagem em destaque (“oportunistas e “indiferentes”) nos permitem inferir que, para o jornalista, só são motivos válidos para a escolha da profissão docente aqueles que estão relacionados ao amor à profissão e à função social da carreira. Daí, podemos considerar que a profissão de professor é representada, pelo colunista, como aquela que é essencial para a sociedade, mas que deve ser realizada, sobretudo, por/com amor e orgulho. Assim, o colunista parece tratar a atividade de ensino não como um trabalho, mas como uma realização pessoal, o que contraria certamente o discurso dos pedagogos e dos linguistas aplicados que pesquisam atualmente a formação inicial e continuada de professores (GURGEL, 2013).

O colunista também afirma, com base em avaliações socio subjetivas, que as condições da carreira de professor “são satisfatórias”, o que vai de encontro à ideia de que os professores não dispõem de boas condições de trabalho. Para justificar as boas condições de atuação do professor, o jornalista apoia-se no discurso dos próprios professores, os quais, no questionário a que se refere a reportagem, responderam que trabalham em apenas uma escola e não precisam “correr de um lado para o outro, acumulando escolas e horas insanas de trabalho”.

O jornalista afirma que essa ideia, a de que o professor precisa trabalhar em várias escolas, “não resiste à apuração dos fatos”. Notamos aqui que o jornalista procura chamar a atenção dos leitores para que percebam que os próprios professores reconhecem que as condições de trabalho docente são boas.

Ao apresentar o dado de que 28% dos professores que participaram da pesquisa lecionam quarenta horas semanais, o colunista abre espaço para acrescentar, entre parênteses, que essa é “a carga normal do trabalhador brasileiro”. A partir do modalizador

“normal”, o jornalista procura argumentar que o professor não tem motivo para reclamar da sua carga horária, já que outros profissionais também trabalham as mesmas quarenta horas semanais.

O colunista destaca, em seguida, que “casos de violência na escola são menos comuns do que a leitura de jornais nos faria crer”. O articulista alega que apenas 10% dos professores responderam que foram vítimas de agressão física no último ano. O jornalista nega, então, a representação de que os alunos são violentos e de que os professores são vítimas de violência na escola, representação que ele, o jornalista, julga ser partilhada socialmente.

Logo após, o colunista afirma que a grande maioria dos professores se considera satisfeita com a profissão (“só 10% dizem querer abandonar a carreira”). No entanto, cabe destacar que o articulista não se preocupou em apurar os motivos pelos quais os professores se sentem satisfeitos; ele apenas cita os dados de um questionário, que, para ele, o autorizam afirmar que a grande maioria dos professores trabalha “a carga normal do trabalhador brasileiro” e que poucos são vítimas de violência na escola.

O articulista avalia, ironicamente, essa satisfação dos professores e a modaliza apreciativamente como “curiosa”, pois eles “estão falhando na sua tarefa mais simples, que é transmitir conhecimentos e desenvolver as capacidades cognitivas de seus alunos”. Os professores começam, então, a ser responsabilizados explicitamente, pelo jornalista, pelo fracasso escolar (“estão falhando”), já que não conseguem desenvolver sua “tarefa mais simples”. Aos professores, o colunista atribui, então, falta de capacidades de ação (“estão falhando”). Notemos que o colunista representa o professor como aquele que detém o conhecimento e que deve transmiti-lo aos alunos, sendo essa a sua “tarefa mais simples”.

O jornalista tenta tirar de si a responsabilidade dessa constatação, a do mau desempenho dos professores, com a intenção de dar mais força ao argumento, já que não é ele que atesta o mau desempenho dos professores (“Não sou eu nem os testes nacionais e internacionais de educação que atestamos isso: são os próprios professores”). Nesse ponto da reportagem, percebemos que o colunista, mais uma vez, destaca um dado da pesquisa a que a reportagem se refere, para, estrategicamente, afirmar que são os próprios professores que reconhecem que estão falhando em suas atividades de ensino. Essa estratégia do colunista de ressaltar que “são os próprios professores” que atestam o

“insucesso” do seu trabalho procura dar força argumentativa às opiniões do jornalista (como se este afirmasse: ora, se são os próprios professores que dizem isso, então vocês, leitores, devem acreditar).

O articulista então questiona “O que explica esse insucesso?”. Ele cita o dado de que “só 34% dos professores acreditam que sua formação está totalmente adequada à realidade do aluno”. O jornalista argumenta que os cursos de licenciatura estão “mais preocupados em agradar ao pendor idealista de seus alunos do que em satisfazer suas necessidades técnicas”. Para o colunista, os cursos de formação de professores deveriam ser mais práticos e menos teóricos (“são cursos **profundamente** ideologizados e teóricos, descolados da realidade de uma sala de aula média brasileira”) (grifo nosso).

O colunista afirma ainda que o professor, na maioria das vezes, “fracassa”, novamente na tentativa de problematizar as capacidades de ação do professor. Segundo o jornalista, o professor que fracassa deveria “buscar ajuda”, “voltar a estudar”, “ter planos de apoio de sua Secretaria de Educação”, o que não ocorre, porque, segundo o colunista, “não há sanção ao professor ineficaz, nem incentivo ao professor obstinado”. Notemos que o jornalista critica a estabilidade da carreira docente, já que o mau professor continuaria recebendo salário, mesmo fracassando em sua “tarefa mais simples, que é transmitir conhecimentos e desenvolver as capacidades cognitivas de seus alunos”. Nesse momento, o colunista propõe alternativas de ação ao professor “ineficaz”, que deveria “buscar ajuda” e “voltar a estudar”, sugerindo, assim, que os “maus professores” não estudam constantemente. O jornalista defende, então, que a promoção na carreira docente deveria ocorrer por mérito do professor e não por tempo de serviço ou titulação.

Citando uma pesquisa realizada na rede estadual de São Paulo, o colunista argumenta que o professor se sente livre para faltar ao trabalho, pois não sofreria sanções (“o professor médio falta em dezoito dos 200 dias letivos”). Para o jornalista, esse seria um índice de falta muito superior à de outros servidores públicos. Com isso, o colunista parece procurar justificar a sua opinião de que muitos professores são descompromissados com o trabalho e subestimam as Secretarias de Educação, que, segundo ele, não são notificadas “quando um professor se ausenta durante parte de um dia”.

Para persuadir o leitor a discordar da opinião dos professores de que “só quem vive a mesma situação [a do ensino] é que pode falar alguma coisa”, o jornalista apresenta

a analogia de que “seria ridículo dizer que um pesquisador de laboratório não pode criar um remédio porque nunca atendeu pacientes com aquela doença ou que um médico só poderia realmente tratar do doente se tivesse passado um tempo considerável internado no hospital”. Notemos a forte carga semântica negativa da modalização de valor apreciativo “ridículo”. Com essa analogia, o jornalista procura sustentar que, embora ele não seja professor, os seus argumentos sobre o sistema educacional brasileiro são válidos e pertinentes.

O colunista se coloca explicitamente como responsável pelas informações veiculadas no texto em apenas uma vez, quando alega que descobriu, em uma “investigação de meses”, que há vários casos alarmantes de faltas de professores na rede de ensino estadual de São Paulo. Aqui, o jornalista se põe como sujeito com o objetivo de construir a sua imagem de jornalista comprometido com a verdade e com a denúncia de problemas que afetam a sociedade (notemos a escolha lexical “investigação”, que denota o papel do jornalista de apurar fatos, e o modificador “de meses”, que pode denotar trabalho árduo e, ao mesmo tempo, cuidadoso). Assim, percebemos que o colunista procura dar mais credibilidade aos argumentos que apresenta no texto. Nesse momento, percebemos que o jornalista assume sua posição discursiva, resultante das diferentes posições decorrentes da sua inscrição em diferentes regiões de sentido, que constituem as formações discursivas (ORLANDI, 2005; PÊCHEUX, 1993), as quais, para nós, indicam os compromissos políticos e ideológicos do sujeito.

A partir dos dados da pesquisa referenciada na reportagem, o colunista argumenta que “o professor deixa de se preocupar em investir em si mesmo”, já que a grande maioria dos professores assiste à tv, mas não lê livros de ficção nem participa de seminários de atualização, devendo, segundo o jornalista, investir mais em si mesmos. Sendo assim, o colunista parece limitar as atividades de letramento do professor, que não lê, mas assiste à tv.

Contudo, o colunista não se preocupa em discutir se o professor tem condições reais para isso (o jornalista não questiona se os professores, por exemplo, teriam a oportunidade de participarem dos cursos de formação continuada). Assim, percebemos que o colunista não se preocupa em ceder a voz aos professores para escutá-los; ele apenas cita as respostas dadas por eles em um questionário de perguntas objetivas, no qual os professores não podiam justificar, discursivamente, suas respostas. Do questionário, o

colunista destaca, estrategicamente, algumas respostas, para defender a tese de que os professores são os culpados pelo insucesso escolar.

O colunista afirma que os professores se sentem bons profissionais e que eles culpam os alunos pelo fracasso do ensino. Nesse ponto, o jornalista argumenta que os “nossos alunos”, principalmente os advindos das camadas menos favorecidas da sociedade, são “massacrados por um mar de descrença e descompromisso do sistema que a sociedade financia para educá-lo”.

Podemos inferir que a crítica apresentada pelo colunista é dirigida aos professores, que, segundo ele, estariam descrentes do seu próprio trabalho e descompromissados com a sua função social, massacrando os alunos, como consequência. Notemos a carga semântica negativa do verbo “massacrar” e a presença do pronome possessivo de primeira pessoa do plural “nossos”, que marca a solidariedade do jornalista com os leitores, que seriam pais e mães de alunos, os quais seriam vítimas dos professores, pois estes não estariam interessados em oferecer condições favoráveis para que os adolescentes desenvolvessem suas “capacidades cognitivas”. Essas marcas linguísticas (“massacrar” e “nossos”) são, para nós, escolhas discursivas relacionadas a mecanismos de produção de sentidos, a partir dos quais o colunista tenta construir novamente uma imagem positiva de si e negativa dos professores. O jornalista se representa como um profissional que é, sobretudo, um cidadão preocupado e solidário com a sua sociedade (“nossos alunos”), cuja educação vai mal devido ao “descompromisso” dos professores. Com isso, podemos atestar como o texto, enquanto objeto simbólico, produz sentidos e “como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2005, p. 26).

Para o jornalista, “as iniciativas que querem usar de aumentos orçamentários para ‘recuperar a dignidade do magistério’ ou melhorar a educação dobrando os salários dos profissionais da área” são “disparatadas”, já que os professores continuariam faltando ao trabalho e trabalhariam a mesma carga horária “normal do trabalhador brasileiro”, conforme já discutimos.

Interessante destacar que, através do pronome possessivo de primeira pessoa do plural (“**nosso** alto gasto em educação”), o jornalista inclui a si e aos seus leitores na categoria de cidadãos que pagam impostos e que contribuem com o “alto gasto em educação”, apesar do “baixo resultado que o sistema educacional entrega ao país”. Com essa estratégia de incluir o leitor na categoria dos contribuintes, o colunista tenta assegurar

que eles, o jornalista e o leitor, têm o direito de contestar os baixos índices do ensino e de cobrar, aos “principais atores do nosso sistema educacional” (os professores), melhores resultados.

Conforme o jornalista, os professores não reconhecem seus erros e, portanto, não percebem “a dimensão de seu insucesso”: “Ao lidar com o ‘luto’ do nosso insucesso educacional, a maioria dos professores ainda está na fase da negação (a culpa é dos alunos e pais) e raiva (contra o mundo liberal, a falta de apoio etc.)”. Assim, segundo o colunista, os professores se sentiriam vítimas do mundo liberal e contribuiriam para “um ambiente de inércia”, que seria a escola.

Ao citar o fato conhecido nacionalmente de uma garota de 13 anos que foi levada a “prestar depoimento em delegacia” por denunciar, em uma rede social, as precárias condições da escola em que estudava, o jornalista procura sensibilizar o leitor, que é levado a considerar o professor como um cidadão insensível, “dessensibilizado por anos ou décadas de cinismo” e intransigente, que não aceita nenhuma “denúncia que abale o *status quo*”. Aqui, o professor é representado, pelo jornalista, como um profissional cínico e resistente às mudanças (“essa resistência impede os próprios professores de procurar as ferramentas que poderiam melhorar o seu desempenho acadêmico”), que não “quer ser ajudado” (“Como sabe qualquer terapeuta, só é possível ajudar quem quer ser ajudado”).

No último parágrafo da reportagem, o jornalista convoca a sociedade brasileira a se mobilizar, dado “o nosso alto gasto em educação”, contra o “imobilismo” dos “maus professores”, que são beneficiados pelas “mirabolantes e simplistas soluções orçamentárias” propostas pelo governo para “recuperar a dignidade do magistério”. Assim, o colunista procura contestar a representação de que os professores são coitados, mal remunerados e pouco reconhecidos pelo poder público. Para o colunista, então, a sociedade deve se mobilizar contra os maus professores. Sendo assim, o jornalista, dada a sua posição social, a partir da qual ele se torna um sujeito privilegiado em relação ao acesso discursivo, difunde argumentos que podem legitimar socialmente representações restritas sobre o professor e o seu trabalho.

Por fim, segundo o jornalista, os professores, na verdade, são bem remunerados, têm estabilidade na carreira e recebem, do poder público, benefícios e incentivos que não deveriam receber, já que, segundo o colunista, não oferecem ensino de qualidade aos

alunos, que são “massacrados por um mar de descrença e descompromisso do sistema que a sociedade financia para educá-lo”.

4. Considerações finais

Neste trabalho, com base nas orientações teórico-metodológicas da Análise do Discurso de orientação francesa, assumimos, como pressuposto, que o discurso da mídia, como todo e qualquer outro discurso, é responsável pela produção e pela circulação de representações na sociedade. Baseados nesse pressuposto, identificamos, em uma perspectiva discursiva, a partir da análise de uma reportagem escrita por um colunista da revista *Veja* e publicada na página eletrônica do periódico, as representações que a mídia divulga sobre o professor e o seu trabalho.

Pela análise da reportagem, considerada, por nós, como um texto que materializa discurso(s), percebemos que os professores são representados, discursivamente, sobretudo a partir de modalizações relacionadas a intenções e capacidades de ação, como profissionais acomodados, que não se interessam em participar de cursos de formação continuada e que se sentem soberanos a ponto de ninguém poder dizer a eles “o que ou como ensinar” em um “sistema tão permissivo e ineficiente” do qual são “os principais atores”. Nessa perspectiva, os professores são representados, a partir de grande quantidade de modalizações de carga semântica negativa, como profissionais pouco receptivos às críticas e resistentes às mudanças, já que se “blindam contra o próprio insucesso” e julgam a opinião da sociedade como irrelevante, pois, segundo o jornalista, para os professores, qualquer crítica ou cobrança vem “de algum celerado que pretende privatizar a escola ou [que] quer ‘alienar’ o alunado”. Assim, os professores também são representados como profissionais intransigentes, que agem de acordo com sua própria opinião, segundo a qual, de acordo com o jornalista, “pesquisas não são confiáveis, números mentem, estatísticas desumanizam”.

A partir dessa análise, podemos argumentar que o colunista da revista, dada a sua condição de assujeitamento, corrobora com determinadas representações, que são afirmadas e reafirmadas em seu discurso. Como uma instituição que funciona pela ideologia (no caso, a dominante), a mídia dita regras, normas, estilos de vida e, por isso, é capaz de influenciar – e até mesmo manipular – as representações e os comportamentos

da sociedade, colaborando, no caso da reportagem analisada, com uma representação negativa e restrita do trabalho do professor.

Referências

- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- GREGOLIN, M. R. V. **A Análise do Discurso**: conceitos e aplicações. Revista Alfa. São Paulo, v. 39, 1995, p.13-21.
- GURGEL, M. C. **Representações sociais de professores de língua materna em formação inicial sobre o estágio de regência**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- IOSCHPE, G. **O que pensam os professores brasileiros**. Veja, Rio de Janeiro, 22 de outubro 2016. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/o-que-pensam-os-professores-brasileiros>. Acesso em 22 de outubro 2016.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, S.P.: Pontes; 1996.
- _____. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.
- _____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2005.
- _____. **Discurso e texto**: Formulação e circulação dos sentidos. 3 ed. Campinas: Pontes, 2008.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: FUCAMP, 1995.
- _____. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.
- POSSENTI, S. **Os Limites do Discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.